

UNICE R

Teste de avaliação
- *Ensino primário*

ON

(14)

PROVAS DE RENDIMENTO ESCOLAR NO CURSO PRIMÁRIO (1)

1. Importância do problema

Sabemos todos da importância da avaliação do rendimento escolar para a orientação do ensino. Em se tratando de avaliação feita ao fim do ano letivo, oferece dados valiosos, quer para melhoria das condições da aprendizagem, quer para o grupamento dos alunos de uma escola, quer para a garantia da continuidade da ação educativa.

Quanto mais bem construída uma prova final, mais proveito dela tiram administradores escolares e professores de classe. Os administradores colhem subsídios para avaliação dos planos de trabalho e dados para a organização escolar; os professores obtêm indicação da capacidade dos alunos para aprendizagens que dependem das que foram avaliadas, bem como indicação de falhas a serem superadas.

As provas determinam em grande parte a orientação do ensino, uma vez que o professor está interessado em que seus alunos obtenham bons resultados segundo as medidas empregadas.

Assim, se as provas medem assuntos de menos importância, casos especiais, exceções, os professores são levados a dedicar-se a tais aspectos, em detrimento dos demais.

Se medem, por exemplo, leitura no 1º ano por meio de histórias, seguidas de perguntas ou questões de múltipla escolha, o professor tenta alcançar êsse objetivo, que, em países mais avançados, não é exigido nessa série. Abandona, não raro, os alunos que poderiam vencer padrões razoáveis para aquela série (domínio do mecanismo de leitura com compreensão, de palavras e pequenas sentenças) porque eles serão igualados aos que nada aprenderam, uma vez que não há questões para medir o que dominaram, e não poderão, por isso, ser promovidos. Concentra seus esforços no grupo mais capaz, tentando levar um maior número àquela situação exigida para promoção.

Se as provas apelam principalmente para conhecimentos de memória, os professores são levados a se orientar nesse sentido; se exigem reflexão, observação, experiência, o ensino será diferente.

Essas considerações levaram-nos a tentar um primeiro estudo - ainda sem a profundidade que desejaríamos, pela exiguidade do tempo disponível - que viesse esclarecer, na medida do possível, a situação de nossa educação primária, nesse aspecto.

(1) Colaboraram, no trabalho, Nise Pires, Maria do Carmo Marques Pinheiro e Madalena Pinho del Valle. A supervisão geral esteve a cargo de Lúcia Marques Pinheiro e o relatório foi elaborado por Lenice Bezerra de Moura.

Dedicamos êsse trabalho à análise e comentário de medidas do rendimento escolar utilizadas em vários Estados do país, visando desta forma contribuir para o aprimoramento da fase avaliatória do processo educacional.

2. Amostra

Solicitamos as provas finais de todos os Estados brasileiros, tendo recebido em tempo hábil material relativo a onze Estados, que constituem a nossa amostra.

Em alguns, as provas haviam sido organizadas por órgãos centrais, em outros, por professores de classe, para as suas respectivas turmas.

3. Desenvolvimento do trabalho

Procuramos estudar os exemplares de provas de que dispúnhamos, atentando para os seguintes aspectos: objetivos visados; equilíbrio das áreas dos programas; ênfase na medida do essencial ao prosseguimento dos estudos ou do acessório; avaliação envolvendo principalmente noções memorizadas ou compreensão; medida de conhecimentos teóricos e formais ou aplicados a problemas de vida; forma das questões : sua adequabilidade e uso correto.

4. Os resultados

As provas estudadas se limitam a medir conhecimentos e, raramente, algumas habilidades diretamente ligadas às matérias de ensino. Não há preocupação em medir, sequer, técnicas e habilidades necessárias ao estudo: por exemplo, colocar palavras em ordem alfabética (necessária à consulta de dicionários e vocabulários), capacidade de fazer resumos, interpretar gráficos e legendas etc.

Mesmo quando os professores têm assegurada a liberdade de organizá-las, as provas seguem os programas indiscriminadamente: não se preocupam em valorizar o essencial, em medir o que servirá de base ao prosseguimento dos estudos, em dar menor ênfase ou mesmo abolir o que esteja acima da capacidade das crianças.

A análise da proporção das questões dentro das várias áreas do programa de cada matéria indica que não há, como seria necessário, essencial mesmo, como primeiro passo para a organização de uma prova, um planejamento do instrumento de medida, envolvendo:

- lista de objetivos específicos a avaliar;
- especificação do que deverá ser medido dentro de cada objetivo.

Se tal ocorresse, seria impossível encontrarmos o que se verifica, por exemplo, nas provas de Linguagem de 1º ano, em que, como já notamos, não há, geralmente, questões com poder discriminatório que permitam medir a aprendizagem realizada por aquela criança que domina o mecanismo de leitura, mas não é capaz de ler correntemente trechos longos para sua idade, seguidos de questões acima da capacidade razoável para essa idade.

Não seria, igualmente, possível encontrarmos provas de Ciências sem uma única questão de aplicação de conhecimentos à vida, sem incluir noções de higiene indispensáveis à saúde, provas de História que não apuram conceitos básicos à compreensão de nossa história - noção de colônia, independência, república, sem o domínio dos quais a criança nada terá realmente compreendido do sentido de nossa evolução histórica que possa servir à sua integração social e ao seu desenvolvimento como cidadão, ou de Geografia que não cogite dos conhecimentos sobre o aproveitamento de nossos recursos naturais.

Em Matemática também não ocorreria, se se partisse de objetivos bem definidos a verificar - refletindo, por sua vez, os objetivos da educação moderna - a inclusão com destaque de assuntos sem ligação com a vida atual, como dízimas periódicas e Algarismos Romanos.

A proporção em que cada área das várias matérias é contemplada nos instrumentos estudados concorre igualmente para consubstanciar essa conclusão. Observações mais minuciosas a respeito serão apresentadas a propósito das provas das várias disciplinas da 1ª e da última séries do curso.

Dentro dessas disciplinas, vários objetivos da maior importância não são medidos, o que concorrerá para fortalecer a hipótese de que não houve um plano norteador na organização das provas. Assim, por exemplo, não se cogita de medir as várias habilidades envolvidas na leitura; em Estudos Sociais não se medem adequadamente aspectos como vocabulário básico ou relações entre causas e efeitos, interrelação dos fatos; na área de Ciências, como notamos, dominam as noções estáticas e sem aplicação à vida.

Com respeito à forma, várias observações fundamentais podem ser feitas:

a. Não há a adaptação da forma da questão ao objetivo visado em cada caso. Questões de múltipla escolha ocorrem, por exemplo, quando não há, pela natureza do assunto, quatro ou cinco escolhas plausíveis, isto é, que "funcionem", sejam realmente consideradas, o que favorece o acerto por acaso.

b. As questões dos vários tipos não são, por vezes, reunidas com uma instrução geral e modelos claros, o que dificulta sua resolução pelas crianças.

c. Dominam questões de tipo lacuna medindo principalmente memorização, conhecimento de fatos, nomes, datas, classificações e, até, definições.

Apresentam elas algumas falhas básicas, tais como:

- questões retiradas de livros de textos e reproduzidas de forma literal, valorizando indevidamente os processos automáticos de estudar;

- questões em que se dá "pista" para a resposta, sugerindo, por exemplo, o gênero desta;

- questões com lacunas iniciais;

- questões com mais de uma lacuna, sem elementos que permitam seu completamento de forma objetiva (Ex.: A deu-se no governo geral).

As questões do tipo de acasalamento, adequadas principalmente para medir compreensão, correlacionamento de elementos, aparecem muito raramente nas provas estudadas e, ainda assim, com falhas técnicas tais como:

- número igual de elementos nas duas colunas, possibilitando escolha final por eliminação, quando dever-se-ia ter, pelo menos, quatro elementos a mais na segunda coluna;

- mistura de elementos heterogêneos dentro da mesma coluna.

A extensão exagerada de algumas das provas provavelmente deve ter interferido nos resultados das crianças. Essa falha se encontra principalmente na 1ª série, em que não seria aconselhável que a criança realizasse trabalho desse tipo por tempo superior a 40 minutos (a menos que a prova fosse feita em várias etapas).

Outras provas incluem um número insuficiente de questões em cada matéria e pouco medem do domínio da mesma pela criança, pois, muitas vezes, apelam tão somente para a memorização de definições.

LINGUAGEM

A inclusão da Linguagem ou, mais exatamente, da Língua Pátria na escola primária tem por principais objetivos:

- levar a desenvolver a capacidade de ler em níveis cada vez mais altos, dentro das possibilidades da criança, extraíndo da leitura gozo estético, elementos de recreação e as informações que veicula;
- desenvolver o interesse por ler;
- desenvolver a capacidade de comunicação - oral ou escrita - com clareza, correção e elegância, dentro das possibilidades da criança;
- desenvolver o hábito de ouvir para aprender;

Compreende-se, assim, a importância que irá assumir, nesse programa, a leitura, que constitui, inclusive, a atividade que mais contribui ao desenvolvimento da capacidade de expressão oral e da redação.

A Gramática aparece como um instrumento para a escrita correta - favorecendo, igualmente, a capacidade de ler e ouvir com compreensão e proveito. Na escola primária, especialmente nos primeiros anos, tendo em vista a condição da criança, será ensinada de maneira informal, à medida que surjam as oportunidades, e diretamente ligada ao problema de correção da linguagem. Não tem sentido o ensino, nas primeiras séries, de classificações gramaticais, que envolvem abstrações, e cujo conhecimento em nada influencia a correção da linguagem, que é o objetivo buscado. Se se chegar a tais classificações na escola primária (o que geralmente não é exigido em muitos dos países mais avançados em educação) isso deve ocorrer nas últimas séries, como uma consequência e sistematização final de conhecimentos adquiridos praticamente.

As provas que estudamos, atendendo sem discriminação e de maneira formal aos programas, pretendem medir, desde a 1ª série primária, noções gramaticais. Isso significa um esforço desmedido a que se submete a criança e um óbice mais à possibilidade de o professor consagrar o tempo necessário à preparação para o ensino da leitura.

ra e ao início dêste.

A Gramática recebe ênfase pouco consentânea com seu papel instrumental nas provas estudadas e, embora não tenha sentido por si mesma, não é medida em sua aplicação prática.

Geralmente não se encontra nas provas uma tendência ao ensino mais eficaz dessa área, por meio da chamada gramática funcional.

1º ANO

A análise das provas revela falta de equilíbrio quanto à proporção em que aparecem as várias áreas do programa.

Em provas de 1º ano, dentro da organização de nossa escola, deveria ser valorizada principalmente a parte de leitura, o que não ocorreu. Além disso, nas questões apresentadas, não houve, de modo geral, graduação crescente de dificuldades que possibilitasse a apreciação do rendimento de cada criança, o que seria indispensável para posterior classificação do aluno dentro de um grupo adequado e garantia da continuidade de sua vida escolar.

O material utilizado para verificação de leitura, em sua maior parte, é representado por histórias, que só podem ser lidas por alunos de um nível de adiantamento que, em países mais avançados, corresponde ao padrão previsto para crianças de 2ª e 3ª anos escolares. Apenas alguns Estados apresentam textos de, no máximo, cinco frases simples ligadas pelo sentido. Leitura de palavras ou frases simples é praticamente inexistente.

Os textos de leitura são seguidos de perguntas ou de questões de múltipla escolha. Muitas das perguntas não estão ao alcance da criança, não só por serem extensas ou mal definidas, como também por dependerem de condições ainda não atingidas por crianças de pouca idade. Exemplo: "Qual o título que você escolhe para a história que leu?"

A escrita representa outra área de grande importância na avaliação final do rendimento da criança. Seria essencial determinar o nível alcançado pela criança, suas conquistas e falhas neste setor; por isso, uma adequada graduação das questões nesta área seria essencial. O que se verifica, contudo, nas pro-

vas examinadas, é a ausência de um planejamento seguro, impedindo qualquer medida precisa.

Aparecem, inclusive, ditados extensos, com vocabulário fora da experiência infantil ou envolvendo dificuldades de ortografia só superáveis pelo uso.

Redações são encontradas nas provas, indo desde a formação de sentenças sobre temas significativos para crianças, com palavras dadas ou escolhidas pelo aluno à vista de gravuras, até a organização de uma história à vista de gravuras (nem sempre nítidas e atraentes) ou à escrita de uma carta, tipos estes absolutamente inadequados ao 1º ano.

A inclusão, em provas de promoção, da área de redação, que deve ser desenvolvida principalmente em seu aspecto oral, para evitar que o ensino precoce leve a criança ao uso de formas estereotipadas, estará influenciando de maneira negativa o ensino de linguagem.

Na parte relativa à Gramática, ressalta, ainda uma vez, a falta de equilíbrio entre a valorização das várias áreas do programa de Linguagem do 1º ano.

Em várias provas, há um grande número de questões gramaticais.

Embora a Gramática apareça nos programas de 1º ano, seu ensino deverá ser assistemático e funcional, tendo em vista que o grau de maturidade das crianças deste nível não favorece as abstrações exigidas pelas classificações gramaticais.

Em alguns Estados foi focalizada a aplicação dos fatos gramaticais. Em outros, chegou-se ao extremo de pedir o conhecimento formal dos mesmos, em questões como:

- Separe os substantivos próprios e comuns (de um trecho lido).

ÚLTIMO ANO

Analisando as provas, na área de leitura, verificamos que, de um modo geral, lhe foi atribuída percentagem mínima no conjunto de questões.

Em relação à escrita, aparecem ditados de trechos, sendo que em alguns Estados é excessivo o número de itens destinados a verificar conhecimentos ortográficos.

O tipo mais comum de exercício de redação é o de escrita de cartas, a maioria sobre temas significativos.

Tratando-se de gramática, constata-se seu predomínio entre os itens da maioria das provas, sendo que a maior parte mede o conhecimento dos fatos gramaticais em si, dando menor importância à sua aplicação.

Embora sendo importante o conhecimento de gramática ao fim do curso primário, não nos parece aconselhável atribuir-lhe tão grande peso no conjunto da prova e julgamos mais convenientes questões em que ela seja aplicada, já que é nosso objetivo que a criança seja sensível ao emprêgo correto da língua e tenha capacidade de escrever certo.

MATEMÁTICA

9.

A Matemática deve ser ensinada na escola primária principalmente em seu papel social, isto é, nos aspectos que favorecem a resolução, pelo aluno, dos problemas matemáticos que se apresentam na vida. Esses problemas envolvem as quatro operações, com inteiros e decimais, algumas unidades legais de medida, desembaraço na utilização do sistema monetário, percentagem, aplicada a juros e descontos, leitura de gráficos simples e de escalas.

A criança que termina o curso primário deve ter desenvolvido a capacidade de calcular com velocidade e precisão, de fazer estimativas e de resolver problemas da vida comum empregando os conhecimentos já referidos: saber, por exemplo, calcular quanto pagar por 3,50m de fazenda a um preço x com um desconto de 10%.

Sem tal capacidade não lhe seria sequer possível assumir empregos simples como o de caixeiro de loja de fazendas.

Para isso teriam de ser desenvolvidos conceitos matemáticos básicos - assim, os relativos a numeração, às 4 operações (inteiros e decimais), os de trôco, juros, prejuízo, desconto, fração etc.

É claro que esse programa pode ser enriquecido para os alunos mais capazes, para lhes dar os conhecimentos básicos ao prosseguimento dos estudos, ou com noções (mais adequadas, aliás, para os cursos médios), como multiplicação e divisão de frações ordinárias, praticamente sem aplicação aos problemas de vida. Tais noções não são, porém, essenciais e não devem constituir parte importante das provas.

Os conhecimentos de Matemática, para serem seguros, terão de ser estudados com graduação, de maneira sedimentada, o que exige experiência concreta e semi-concreta, vivência real. A falta de base, a deficiência das primeiras experiências compromete todo o edifício. Por isso, os programas dos países mais avançados adotam no 1º ano limites baixos de conhecimentos de numeração - 10, 12, no máximo 100. No que se refere às operações fundamentais, o mais comum é encontrarmos, em tais países, apenas as combinações fundamentais de adição e subtração.

Encontramos nas provas de 1º ano que analisamos situações bastante diversas desta - limites de numeração acima da experiência concreta, ensino da adição e subtração de maneira completa e até da multiplicação e divisão, no 1º ano.

Isso, além de sobrecarregar a criança e o professor, impedindo o preenchimento dos objetivos mais importantes da série, referentes à leitura, estará provavelmente desenvolvendo o desgosto pela Matemática, de graves consequências, em decorrência do fracasso a que são submetidas as crianças não especialmente dotadas.

Vejamos a situação em maior detalhe.

1º ANO

Nota-se, nas provas de Matemática, certo progresso em relação ao que vínhamos realizando há algum tempo. Observa-se, por exemplo, a valorização da medida dos conceitos matemáticos básicos.

Não havendo, em nenhuma das provas observadas, preocupação em medir separadamente o essencial e o que representa enriquecimento de programas, e sendo os programas brasileiros excessivamente carregados - adequados apenas para os alunos mais bem dotados - seria natural que se procurasse incluir apenas, ou predominantemente, os aspectos essenciais para a vida e para o prosseguimento dos estudos, o que não ocorre.

No que respeita aos assuntos medidos, verifica-se a inclusão de tópicos sem maior significação - como algarismos romanos, que a maioria dos programas dos países avançados não inclui na escola primária, por corresponder a um conhecimento já pouco usado no mundo atual e que deveria ser, pelo menos, removido do 1º ano, já sobrecarregado com o que se exige em linguagem. Esse tópico aparece, além disso, entre os mais valorizados em quatro Estados, nos quais apenas as questões sobre operações fundamentais o sobrepujam em número, atingindo mesmo, num deles, 20% do total da prova.

Não há uma graduação adequada de questões dentro do objetivo de medir determinado conhecimento - assim, por exemplo, é incluído nas provas de um dos Estados estudados um número excessivo de operações de adição com reserva.

Poder-se-ia considerar, levando em conta o número de questões sobre o assunto, que a área de numeração é adequadamente valorizada, como essencial ao desenvolvimento de todo o ensino de Matemática. Os limites numéricos incluídos nas provas, chegando a milhares em dois Estados e 1.000.000 em outros (quando os programas dos países mais desenvolvidos não alcançam a centena), parecem, porém, indicar um ensino sem a necessária base concreta.

No que respeita a operações fundamentais, verifica-se também que o que é pedido é absolutamente inadequado - dois Estados chegam mesmo a exigir no 1º ano as quatro operações fundamentais, dois exigem até multiplicação e, quatro, adição com reserva e subtração com recurso à ordem superior.

Chega-se a encontrar em provas de 1º ano questões como as seguintes:

- a) $368 + 7.304 + 254 =$
- b) $26.847 - 17.237 =$
- c) $24.697 \times 35 =$
- d) $389.463 \div 6 =$

ÚLTIMO ANO

Verifica-se, analisando as provas de Matemática do último ano, que o papel social da matéria não é devidamente valorizado. Assim, a área medida com mais frequência nas provas é a de frações ordinárias. Um dos Estados estudados chega a apresentar 56% de questões referentes àquele tópico. Outro inclui 50% de questões sobre conceitos geométricos. Dois Estados apresentam mais de uma questão sobre dízimas periódicas, quatro procuram medir o domínio do máximo divisor comum e dois o do mínimo múltiplo comum.

No entanto, um aspecto importante de aplicação de Matemática, inclusive para o programa de Estudos Sociais correspondente a este ano escolar - o estudo de escalas - aparece em apenas um Estado, sendo de notar que também nas provas de Estudos Sociais tal conhecimento, de capital importância, não é medido.

Já a área de sistema monetário aparece em apenas dois Estados. Igualmente, as questões de percentagem aparecem em número mínimo: uma em seis Estados e duas em um.

Questões envolvendo raciocínio matemático não merecem o destaque devido, em se tratando do último ano do curso primário; as percentagens em que essas questões aparecem são bastante baixas.

Atualmente a Ciência e a Técnica vêm tendo um avanço muito acelerado. Um homem, hoje em dia, tem de se estar adaptando continuamente a mudanças nesse setor. A criança vive, agora, com frequência, rodeada por instrumentos fornecidos por êsse avanço.

Rudimentos de física e química são, nesse momento, do domínio de cada indivíduo ou êle se sente marginalizado.

Precisamos preparar a criança para participar e ser útil à comunidade e a ela mesma. Somos um país com graves problemas de saúde e econômicos causados, em grande parte, pelo mau aproveitamento e conservação dos recursos naturais.

Sabemos que êsses problemas são mais graves em alguns locais; que em outros apresentam modalidades diversas, mas existem em todo o Brasil. Será preciso dar à criança, portanto, possibilidades de aprender, na medida da compreensão própria, o que ocorre; por que ocorre; e como resolver, pelo menos em parte, os problemas que existem, ou, conforme o caso, evitá-los, minorá-los ou extingui-los. São assuntos que têm, para a criança, realidade, pois ela os observa, ela os vive; cujo conhecimento e busca de soluções estão impregnados de sentimento de urgência; cujo estudo tem cunho prático e objetivo.

Noções de Higiene, de tratamento adequado do solo, da água, de vegetais e animais e, inclusive, noções básicas de ecologia são, sem dúvida, problemas vitais e merecem grande destaque.

Em contrapartida são de pouco interesse, para a criança, definições e classificações que correspondem a conhecimentos estáticos e exigem, geralmente, maturidade acima das condições infantis.

É importante também que a criança perceba o valor da técnica e da ciência no mundo atual, distinguindo-o de sua aplicação benéfica ou não - conforme nosso avanço moral. E que desenvolva o espírito científico, isto é, o hábito de pensar de maneira objetiva, observando, experimentando, verificando causas e efeitos, as ligações entre os fenômenos.

O avanço do progresso tecnológico torna igualmente importante o domínio, pelas pessoas, de habilidades para, por esforço próprio, poderem aprender sempre mais. Êsse domínio depende de técnicas de estudo, muitas das quais - observar, experimentar, controlar resultados, pesquisar - têm na área de Ciências a oportunidade mais favorável de exercício.

1.º ANO

No 1.º ano deve haver, através das Ciências, um esforço no sentido de levar a criança a uma aproximação maior e uma apreciação melhor da Natureza. Esses resultados só podem ser atingidos por observação e vivência pessoal. Nunca, porém, por memorização desligada da experiência infantil.

Não é o que se verifica, no entanto, nas provas - e estas devem estar medindo o aprendido e como foi aprendido, o que nos dá indícios relativos à aprendizagem, principalmente quando organizadas pelo professor.

Varia entre 70% e 100%, em todos os Estados, a percentagem de questões verificando conhecimentos apenas memorizados - conhecimentos de fatos e de classificações sem ligação com a vivência da criança.

Dois Estados apresentam memorizações com alguma reflexão, perfazendo estas as percentagens de 14 e 12, % da totalidade das questões da prova.

Mais de 50% das questões de Ciências referem-se a seres vivos - na totalidade dos Estados analisados - o que era de esperar dada a curiosidade maior das crianças de pouca idade por tais seres.

Quatro Estados, apenas, apresentam questões que envolvem aplicação dos conhecimentos à vida ou relações de causa e efeito. Varia entre 20% e 25% a proporção dessas questões, nesses quatro Estados.

São praticamente inexistentes as questões sobre Higiene, que tanto destaque mereceriam ter.

ÚLTIMO ANO

Vejamos o que medimos na última série do Curso Primário, a última oportunidade de educação dirigida para a maior taxa de brasileiros:

- três Estados não apresentam uma única questão relativa a Matéria e Energia e a Terra e Universo, isto é, as provas dessas unidades federadas se limitam à verificação dos conhecimentos sobre seres vivos;

- dos oito Estados restantes da amostra, cinco apresentam mais de 50% das questões sobre seres vivos;

- em todos os Estados da amostra, 70 a 100% das questões verificam conhecimentos de fatos e classificações sem interêsse para a criança;

- em quatro Estados, 100% das questões se referem a fatos e classificações apelando, geralmente, para a simples memorização;

- dois Estados apresentam situação um pouco mais favorável, pois apelam, nas percentagens de 17 e 20%, para memorização com alguma reflexão;

- dois Estados apresentam uma distribuição mais razoável das áreas referentes a Sêres Vivos; Matéria e Energia, e Terra e Universo; respectivamente 40, 30 e 30% num dos Estados e 43, 30 e 27% no outro;

- dois Estados, apenas, apresentam questões - em número muito reduzido, aliás - envolvendo aplicações à vida ou relação de causa e efeito;

- nenhum Estado apelou para conhecimentos adquiridos por meio de experimentações.

ESTUDOS SOCIAIS

São os Estudos Sociais a disciplina que mais pode concorrer para a integração do brasileiro aos grupos sociais em que deverá participar, aos meios em que deverá viver. Desempenham, pois, um grande papel, na escola primária, para a formação do homem e do cidadão.

O conhecimento da realidade atual, dos problemas brasileiros é da maior importância na formação do brasileiro consciente e integrado à sua pátria. É preciso que nossa criança perceba o papel de sua geração, a complexidade dos assuntos que terá de enfrentar, compreenda que os fatos têm de ser encarados, sua solução planejada e atacada objetivamente e de uma maneira eficaz; sinta a importância de cada cidadão na escolha da equipe do governo e na iniciativa, dentro de suas possibilidades, para resolver os problemas de interesse geral.

A História do momento atual e de um passado recente deverá merecer, por isso, ênfase, para que as crianças vejam como os homens vêm trabalhando e percebam que aquilo que elas, crianças, futuramente serão chamadas a fazer deverá continuar esse esforço. A Geografia Humana será, a todo instante, focalizada como elemento essencial à compreensão dos problemas brasileiros.

A análise da amostra revela que as provas não mediram conhecimentos referentes a essa necessidade de integração, de formação de elementos úteis à sociedade de que fazem parte.

Essa integração teria de fazer-se gradualmente, na medida das possibilidades de compreensão e atendendo aos interesses da criança. As provas de 1º ano revelam que tal condição não está sendo atendida.

Verifica-se um ensino artificial e prematuro da História Pátria, que terá repercussões negativas no interesse pela própria matéria, mais tarde, interferindo na ação altamente formativa que encerra tal disciplina.

A análise das provas da última série da Escola Primária torna evidente, ainda, que a formação do brasileiro, do democrata, do forjador do futuro não parece ter influenciado as pessoas encarregadas de elaborarem os testes.

Não se nota, por exemplo, preocupação em medir a capacidade de interpretar inteligentemente noticiário comum sobre problemas atuais — de jornais e outros meios de comunicação — ou, ainda, gráficos simples e dados estatísticos relativos a tais problemas.

1º ANO

Crianças de 1º ano devem, através dos Estudos Sociais, procurar compreender melhor o seu papel e o dos que a cercam, para atingir a valorização das pessoas, sentir os laços que as unem e se integrar melhor aos ambientes a que pertencem: lar e escola, e o meio físico próximo.

Não têm, ainda, uma noção razoável de tempo (passado, presente e futuro) e muito menos de distância no tempo: para elas um mês, um ano são vocábulos sem eco em sua compreensão.

Esse é um dos motivos - entre outros há ainda o da maturação - por que o ensino propriamente dito da História Pátria não deve ter início antes do 4º ano, o que ainda é, temos de convir, na maioria dos casos, prematuro.

No entanto, observamos na metade dos Estados estudados questões relativas a História e nem sequer à atual mas a um passado remoto (Brasil Colônia e Império) e questões absolutamente inadequadas para alunos de 1º ano como as seguintes, que envolvem uma série de conceitos que a criança não pode dominar e levam a um ensino memorizado, sem compreensão:

- No dia 7 de setembro comemoramos:

- () a Independência do Brasil
- () o Descobrimento do Brasil
- () a Proclamação da República

- Comemoramos a Independência do Brasil no dia ...

Quase nenhuma questão foi encontrada que fôsse compatível com a vivência da criança, os interesses da idade, o seu nível de compreensão.

Dez Estados apresentaram a maioria de questões exigindo pura memorização, sendo diminuto o número de questões que dependem, para serem resolvidas, de memorização com alguma reflexão.

Geralmente, se pretende medir Estudos Sociais - como aliás Ciências - na dependência da capacidade de ler da criança, o que significa que o aluno que dominar a matéria mas não estiver alfabetizado deixará de revelar seu rendimento na disciplina.

ÚLTIMO ANO

Último ano de Curso Primário significa — para ampla percentagem dos brasileiros — a última oportunidade de uma aprendizagem orientada por um especialista.

Vivemos em um país com grandes condições de progresso no futuro mas lutando, no momento atual, com obstáculos sérios. As dificuldades de solução de nossos problemas, as possibilidades de vencê-las, os esforços necessários para isso, os empreendimentos em curso e sua importância, precisam ser conhecidos desta geração, pois deverá ser ela, em grande parte, o fator mais importante para o progresso social, que reverterá na melhoria de condições de vida de cada brasileiro.

A criança tem, pois, de sair da escola apta a ser um membro útil e atuante na sociedade, uma pessoa responsável e desejosa de participar. Talvez isso, em relação a muitos, somente seja possível em escala reduzida, por causas várias, mas a filosofia democrática de vida exige que evitemos a formação de levas de pessoas desinteressadas do bem geral e que não desenvolveram suas possibilidades e o espírito de servir.

Verificamos, no entanto, nas provas analisadas, que a maior ênfase foi dada à avaliação de conhecimentos desligados da realidade atual. Assim:

- em todos os Estados estudados a maioria dos itens de História versou sobre datas, nomes e fatos relativos a um passado remoto (em percentagens que vão de 55% a 90%);

- em Geografia, três Estados apresentam 100% de questões relativas à Geografia Física e Política, o que significa que não medem conceitos de Geografia Humana, justamente os de maior importância na escola primária; os demais Estados medem as referidas noções em percentagem baixa (menos de 20%); apenas um dos Estados apresenta situação mais favorável, pois nêle a Geografia Humana alcança 50% da prova;

- nenhum Estado apresenta questões visando a verificar a compreensão das relações entre meio físico e condições da vida atual.

Quase todos os Estados apresentam elevada percentagem de questões (até 100%) com exigência de pura memorização. Em cinco Estados há algumas poucas questões que medem memorização com alguma reflexão.

Um único Estado apresentou questões que apelam basicamente para a reflexão, e isto apenas na proporção de 17% do total da prova.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

1. A avaliação do rendimento de nossa escola primária está sendo feita de maneira bastante deficiente.

2. Não estão sendo devidamente medidos os objetivos fundamentais do ensino primário em geral, nem de cada disciplina do currículo, em particular.

3. Esse fato reflete, possivelmente, a falta de valorização adequada com relação aos objetivos da escola primária atual de parte dos que organizam as provas.

4. As provas não estão, igualmente, revelando o poder discriminatório necessário, não dando oportunidade de os alunos menos capazes revelarem o que aprenderam.

5. Se organizadas por órgãos centrais, as provas estão influenciando negativamente no ensino na medida em que se afastam desses objetivos e medem conhecimentos obtidos por pura memorização, sem aplicação prática e fora das vivências das crianças.

6. As provas revelam, igualmente, falhas do ponto de vista de forma: não parecem partir de um plano, de objetivos bem definidos, e da consideração de que para cada objetivo visado há um tipo mais satisfatório de forma de questão. Os tipos de questões empregados apresentam, além disso, vários defeitos técnicos.

7. Assim, impõem-se medidas destinadas a esclarecer os órgãos técnicos e o professorado a respeito dos problemas relativos aos objetivos fundamentais a visar em cada área de currículo; ao planejamento geral de uma prova pela fixação de objetivos definidos a medir, dentro daqueles objetivos gerais; à escolha das formas de questões mais adaptadas a cada caso; à técnica de organização de questões.

8. Impõem-se, ainda, providências junto às Escolas Normais para que aperfeiçoem o trabalho de formação do magistério, no que respeita à fase de avaliação dos resultados dos trabalhos escolares, levando em consideração os aspectos que apresentamos no item 7.

9. Finalmente, parece-nos importante a difusão de conhecimentos referentes ao estudo dos resultados das provas, como orientação para a organização futura dos instrumentos de medida do rendimento escolar, como subsídio para revisões de programas, orientação do ensino, atendimento dos alunos em grupos diversificados.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS
EDUCACIONAIS, Rio de Janeiro. //

Provas de rendimento escolar
no curso primário. // Rio de
Janeiro, 19.2. // 19.4. // Minas G.

Agul

I. PIRES, M^{se}. II. PINHEIRO, Maria do Ca-
mo Marques. III. DEL VALLE, Madalena
Pinho. ~~IV~~ PINHEIRO, Lúcia Marques.